

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****ENTENÇA**

Processo Físico nº: **0010354-21.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Claudio Ferreira de Araujo**
 Requerido: **Fundação Casper Libero Tv Gazeta e outro**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 10 de abril de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.

Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**

Eu,....., esc., digitei e subscrevi.

Processo nº 1067/12

VISTOS

CLAUDIO FERREIRA DE ARAÚJO ajuizou Ação **DE INDENIZAÇÃO POR PUBLICIDADE ENGANOSA** em face de **FUNDAÇÃO CASPER LÍBERO – TV GAZETA e ONE BRASIL MÍDIA INTERATIVA S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduz o Autor, em síntese, ter participado com sua esposa de programa televisivo em 04.09.11, com a dinâmica descrita na portal. Após permanecer por aproximadamente quatro horas e meia aguardando e respondendo ao que lhes era eletronicamente perguntado, uma gravação apenas agradeceu a participação e desligou. Entende que foi enganado, lesado e desrespeitado e, assim, faz jus a uma indenização estimada em R\$ 12.440,00. Desta forma, pediu a procedência da ação, bem como a condenação das requeridas à indenização por menoscabo moral.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A inicial veio instruída com documentos de fls. 09/16.

Devidamente citada, a corré FUNDAÇÃO CASPER LÍBERO apresentou contestação alegando, preliminarmente a ilegitimidade passiva e a inépcia da inicial. No mérito, sustentou, em síntese que: 1) o Autor participou do programa por livre e espontânea vontade; 2) não pode se responsabilizar por eventuais danos experimentados pelo telespectador; 3) o Autor tem a opção de mudar de canal ou desligar o telefone; 4) o fato assemelha-se ao caso de alguém exigir o prêmio da mega-sena tão somente por ter feito o jogo; 5) não houve exposição da imagem do Autor, principalmente de maneira vexatória ou humilhante. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Devidamente citada, a corré ONE BRASIL MÍDIA INTERATIVA S/A apresentou contestação alegando em síntese, que: 1) apesar de ser o maior pontuado na noite especificada, o autor acabou não sendo contatado pela produção do programa; 2) as regras são expostas tanto durante o programa quanto no site; 3) o programa prevê uma interatividade séria e não fere a boa-fé de seus telespectadores. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 137/139v.

Pelo despacho de fls. 140 foi determinada a produção de provas. As requeridas demonstraram o desinteresse e o requerente solicitou prova documental e testemunhal.

Foi declarada encerrada a instrução pelo despacho de fls. 146. A correquerida, ONE BRASIL, apresentou memoriais às



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

fls.157/160 e o requerente às fls.165/167.

É o relatório.

DECIDO.

Inicialmente cumpre excluir da LIDE a copostulada Fundação Casper Líbero.

Como simples cedente do espaço publicitário não tinha ela, como não tem, qualquer responsabilidade ou mesmo ingerência sobre o Programa “GRANDE CHANCE” produzido e capitaneado pela corre ONE, que assumiu nos autos inteira responsabilidade sobre seu conteúdo (v. fls. 85, “in fine”).

Já em relação à copostulada remanescente a ação procede.

O programa em destaque – “GRANDE CHANCE” – peca pela ausência de informações claras quanto às regras do jogo e à forma de participação do telespectador interessado. Também não consta esclarecimento sobre o tempo médio de duração da sabatina preliminar e quais os requisitos a serem preenchidos para se conseguir a almejada seleção de “participação ao vivo”.

É evidente, assim, que sua dinâmica infringe o que dispõe o art. 6º, III, art. 37, “caput” e parágrafo 1º e art. 39, IV, todos do CDC.

Ademais, a própria ré admite (confira-se fls. 87,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

parágrafo 1º) que o autor foi o primeiro colocado do certame na noite especificada, nos termos dos itens 2.4 e 2.2.1 do Regulamento do Concurso (trazido a fls. 127/130); sendo assim, tinha ele direito de participar “ao vivo”, ou seja, ser chamado para responder o desafio com maior premiação.

Não é crível que após ter ficado por 4 horas e 30 minutos na linha em plena madrugada e concluída a participação na 1ª fase, o autor tenha tirado seu fone do gancho ou ido simplesmente dormir.

A cláusula 2.4.1 (*in verbis*: “caso a produção do programa tente estabelecer contato com o 1º colocado no ranking e este não for encontrado após cinco toques, ou alternativamente, o número de telefone estiver ocupado, o participante será descartado automaticamente para esta rodada, mas poderá ser contatado para participar de um novo desafio durante a exibição do mesmo programa, e o próximo da lista de melhores pontuados no ranking será contatado, assim sendo, sucessivamente, até que o participante contatado responda à pergunta ao vivo corretamente”) do sobredito regulamento é evidentemente abusiva e sujeita o consumidor (mais especificamente o participante do certame) a desvantagem excessiva, já que a prova dos atos referidos (fls. 87, parágrafo 2º e 4º) fica a cargo exclusivo da ré, que pode ou não produzi-la a seu bel prazer, cabendo ressaltar que a relação de fls. 131 nada prova.

Outrossim, não foi feita prova – e o ônus era da ré – sobre a convocação do autor para novo desafio em outro programa, como forma de superar o prejuízo a ele causado.

Sem a prova do fato modificativo lançado na defesa – o ônus era da ré – fica evidente a ocorrência de uma estratégia colocada em prática para alijar participantes sem maiores consequências, um

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

acontecimento não abonado pelo CDC, pródigo em dispositivos que combatem a propaganda enganosa.

Some-se que a requerida nem ao menos trouxe o nome do contemplado no programa.

Nessa linha de pensamento me parece justo que a ré indenize o autor, pois a ele negou a chance de participar do desafio proposto, que, é certo, não se sabe se seria vencido.

À falta de outros elementos e considerando as circunstâncias do caso, opto por arbitrar o montante em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sem prejuízo do ressarcimento daquilo que o autor gastou com as ligações telefônicas especificadas na portal (R\$ 297,03 – cf. fls. 12).

Ante o exposto, **JULGO EXTINTA** a presente ação em relação à corré FUNDAÇÃO CASPER LÍBERO, nos termos do art. 267, VI, do CPC, ficando o autor condenado nas custas proporcionais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 724,00, observando-se o disposto no art. 12 da Lei 1.060/50.

Por outro lado, **JULGO PROCEDENTE** o pleito inicial para condenar a corré ONE BRASIL MÍDIA INTERATIVA S/A, a pagar ao autor, CLÁUDIO FERREIRA DE ARAÚJO, a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), e ainda o montante de R\$ 297,03 (duzentos e noventa e três reais e três centavos), referente aos gastos com as ligações telefônicas especificadas no documentos de fls. 12, tudo com correção a contar da publicação da presente, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sucumbente, arcará respectiva corré com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor total da condenação.

Consigno, desde já, que o **prazo de quinze** (15) dias, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado** desta decisão, **independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

P.R.I.

São Carlos, 22 de abril de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**